

Ciclo de conferências «Liderança, métodos e técnicas de gestão de recursos humanos» (2005);
Ciclo de colóquios sobre a qualidade da legislação, realizado na Assembleia da República (2005).

3 — Actividade profissional:

1988 — realização de um estágio, com a duração de três meses, no IGAPHE (Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado), na Secção de Arrendamento e Propriedade Resolúvel;
1989-1990 — estágio de advocacia no Conselho Distrital de Lisboa da Ordem dos Advogados e em sociedade de advogados, de Setembro de 1988 a 20 de Junho de 1990, e prestação de consultoria jurídica no Gabinete de Consulta Jurídica da Ordem dos Advogados;
1990-1991 — jurista do Gabinete de Recursos Humanos e Organização do LNEC (Laboratório Nacional de Engenharia Civil), de Fevereiro a Julho de 1990;
Julho de 1990 a Setembro de 1991 — secretária-geral de uma associação empresarial (APIMINERAL — Associação Portuguesa da Indústria Mineral);
Consultora jurídica de empresas da indústria extractiva (COMINALTA e Cimpor Betão);
Monitora de direito do trabalho, direito comercial e direito comunitário, de 1989 a 1991, em várias acções de formação profissional;
Setembro de 1991 a Março de 2004 — precedendo concurso público, nomeada técnica superior jurista de 2.ª classe do quadro de pessoal da Assembleia da República, tendo passado a desempenhar funções no Gabinete de Apoio Técnico, prestando apoio técnico a várias comissões parlamentares. Participação em vários estudos e trabalhos avulsos (com alguns artigos publicados) e em sessões organizadas na área da cooperação interparlamentar; formadora em diversas acções internas e externas na área do processo legislativo parlamentar, comissões parlamentares e competências do Parlamento;
15 de Março de 2004 a Dezembro de 2005 — directora do Centro de Formação Parlamentar e Interparlamentar;
12 de Maio de 2005 — precedendo concurso, nomeada assessora parlamentar principal da área jurídica do quadro de pessoal da Assembleia da República.

Despacho n.º 1824/2006 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2005 do Presidente da Assembleia da República:

Licenciado Domingos Manuel Fonseca de Almeida Machado — nomeado, em comissão de serviço, para o cargo de chefe da Divisão de Protocolo da Assembleia da República, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

10 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Sinopse curricular

I — Dados pessoais:

Nome — Domingos Manuel Fonseca de Almeida Machado;
Nasceu em Lisboa, em 13 de Agosto de 1949.

II — Habilitações literárias:

Licenciado em História pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, 1975, e pós-graduado em Relações Internacionais, 1979;
Participou em acções de formação nos domínios de relações internacionais, gestão, informática e informação científica e técnica, etc.

III — Actividade profissional:

Iniciou funções públicas em Dezembro de 1972 no Ministério da Educação, Direcção-Geral dos Assuntos Culturais;
Chefe das 5.ª e da 6.ª Secções da Direcção-Geral da Previdência, do Ministério das Corporações e Segurança Social (de Julho de 1973 a Janeiro de 1978);
Técnico superior de 2.ª classe do quadro da Direcção-Geral da Previdência, em funções no Serviço de Documentação e Informação da Secretaria de Estado da Segurança Social (de Maio de 1977 a Abril de 1979);
Técnico superior de 1.ª classe do quadro da Direcção-Geral das Indústrias Transformadoras Ligeiras do Ministério da Indústria e Energia, em funções na Direcção de Serviços de Informação Técnica (de Abril de 1979 a Setembro de 1981);
Técnico superior de 1.ª classe do quadro do Instituto da Cooperação Económica, tutelado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros/Ministério das Finanças;

Exerceu funções diplomáticas junto da Embaixada de Portugal em Bissau, como adido para a cooperação (1989-1993);
Técnico superior principal do quadro do Instituto da Cooperação Portuguesa (10 de Março de 1994);
Chefe de divisão da Direcção de Serviços de Coordenação Geográfica do Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP), a que competia o acompanhamento da cooperação empresarial e da cooperação financeira (1994-1996);
Director do Gabinete de Relações Públicas e Internacionais da Assembleia da República (1996-2004), a que competia, de entre outras funções, a dinamização e o apoio das relações externas da Assembleia da República, a prestação de apoio às delegações parlamentares nas organizações internacionais e nas missões oficiais ao estrangeiro, o apoio aos órgãos de comunicação social na sua actividade de informação parlamentar, assegurar o protocolo parlamentar, apoiar e dinamizar a cooperação parlamentar, etc.;
Promovido, por concurso, a assessor do quadro do ICP, em 25 de Junho de 1998;
Assessor principal do quadro do Instituto de Apoio ao Desenvolvimento do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 10 de Março de 2000. Nesta qualidade exerceu, a partir de 1 de Março de 2004, as funções de coordenador geográfico para Moçambique (2004) e para a Guiné-Bissau (2005) na Divisão de Coordenação Geográfica.

Condecorações — oficial da Ordem do Mérito, de Portugal, e da Ordem de Fénix, da Grécia.

Despacho n.º 1825/2006 (2.ª série). — Por despacho de 22 de Dezembro de 2005 do Presidente da Assembleia da República:

Licenciado Fernando Paulo da Silva Gonçalves — nomeado, em comissão de serviço, no cargo de chefe da Divisão de Aprovisionamento e Património da Assembleia da República, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006.

10 de Janeiro de 2006. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Sinopse curricular

Elementos de identificação pessoal

Nome — Fernando Paulo da Silva Gonçalves.
Estado civil — casado.
Data de nascimento — 6 de Janeiro de 1962.
Nacionalidade — portuguesa.

Habilitações literárias

Licenciatura em Direito — Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (1986).
Curso de pós-graduação em Estudos Europeus — Universidade Católica Portuguesa (1992).
Curso de pós-graduação em Ciências Políticas e Internacionais — Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (2004).

Experiência profissional

Assessor jurídico do Gabinete do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea.
Redactor parlamentar do quadro de pessoal da Assembleia da República.
Assessor parlamentar principal (área jurídica) do quadro de pessoal da Assembleia da República, com desempenho de funções, designadamente, no quadro da assessoria às comissões parlamentares.

Habilitações profissionais/formação profissional complementar

Estágio de advocacia e inscrição como advogado.
Frequência de diversos cursos e seminários, designadamente no âmbito do Instituto Nacional de Administração (INA) e da Assembleia da República.
Participação em várias acções de formação e cooperação interparlamentar, designadamente com novos Estados membros da EU e PALOP.

Louvor n.º 39/2006. — A Dr.ª Teresa Monteiro Fernandes cessa no próximo dia 31 o seu mandato como directora dos Serviços Administrativos e Financeiros, concluindo-se, desta forma, um ciclo de nove anos de funções dirigentes, que se iniciaram em 1996 como chefe da Divisão de Aprovisionamento e Património. É-me, assim, grato prestar-lhe público louvor pela sua grande dedicação, competência e empenhamento na defesa do interesse público, bem como pelos contributos que deu no exercício das referidas funções para a ins-

talação de uma cultura de rigor jurídico e financeiro que prestigia este órgão de soberania, esperando, portanto, que possa continuar a dar à Assembleia da República o melhor do seu labor e das suas reconhecidas aptidões.

29 de Dezembro de 2005. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Louvor n.º 40/2006. — O Dr. Francisco José Pereira Alves conclui, no próximo dia 31 e após seis anos de exercício das funções de chefe de divisão de Aprovisionamento e Património, o seu mandato. É-me, pois, grato prestar-lhe público louvor pela dedicação, competência profissional, sentido de responsabilidade e permanente empenho com que exerceu as funções dirigentes em que foi investido, certa de que continuará a dar o seu melhor à Assembleia da República, contribuindo assim para o prestígio deste órgão de soberania.

29 de Dezembro de 2005. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Louvor n.º 41/2006. — A Dr.ª Alexandra Maria Pereira da Graça conclui, no próximo dia 31 e após nove anos de exercício das funções de chefe de divisão de Apoio às Comissões, o seu mandato. É-me, pois, grato prestar-lhe público louvor pela dedicação, empenhamento, dinamismo, competência profissional e sentido de responsabilidade com que exerceu as funções dirigentes de que foi investida, certa de que continuará a dar o seu melhor à Assembleia da República, contribuindo assim para o prestígio deste órgão de soberania.

29 de Dezembro de 2005. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

Louvor n.º 42/2006. — A Dr.ª Lucinda da Conceição Andrade Ferreira da Silva de Matos Almeida foi nomeada directora de serviços de Apoio e Secretariado da Assembleia da República em Setembro de 1996, tendo exercido três mandatos consecutivos com grande competência, dedicação, espírito de equipa e permanente empenhamento na qualidade dos serviços prestados, sendo ainda de destacar o seu espírito de sacrifício e a sua lealdade, de que fui directamente testemunha e beneficiária ao longo de quase sete anos.

Tendo-me manifestado o meu desejo de não ter a sua comissão de serviço renovada, cabe-me prestar, com este louvor, público testemunho das inúmeras qualidades pessoais e profissionais da Dr.ª Lucinda Almeida, as quais, para benefício da Assembleia da República, vai continuar a colocar ao serviço deste órgão de soberania.

29 de Dezembro de 2005. — A Secretária-Geral, *Adelina Sá Carvalho*.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Direcção-Geral das Autarquias Locais

Despacho n.º 1826/2006 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 30 de Agosto, e dos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, deogo no subdirector-geral Domingos Pereira de Sousa as minhas competências de:

1.1 — Coordenação e despacho dos processos referentes às seguintes matérias da competência:

- Da Direcção de Serviços da Modernização e Dinamização Autárquica;
- Da Direcção de Serviços Jurídicos;
- Da Secção Administrativa da Direcção de Serviços de Administração Geral;

1.2 — Autorização do gozo e acumulação de férias dos funcionários dos serviços que coordena;

1.3 — Justificação ou injustificação das faltas dadas pelos dirigentes e funcionários dos serviços que coordena;

1.4 — Autorização da inscrição e participação dos funcionários e agentes dos serviços que coordena em estágios, congressos, reuniões, seminários, colóquios, cursos de formação ou noutras iniciativas semelhantes que decorram no território nacional;

1.5 — Autorização da prestação de horas extraordinárias, observados os condicionamentos legais, por parte dos funcionários dos serviços que coordena;

1.6 — Autorização da reversão do vencimento de exercício a favor dos funcionários que substituam o ausente;

1.7 — Assinar a correspondência relativa aos assuntos ora delegados.

2 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso das competências que me foram subdelegadas pelo despacho n.º 24 730/2005 (2.ª série), de 4 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 2 de Dezembro de 2005, subdelego a competência para aprovar os programas e provas de conhecimentos específicos a que se refere o n.º 3 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

3 — Assinar a correspondência relativa aos actos previstos no n.º 23.2 do despacho referido no n.º 2.

4 — Ficam ratificados todos os actos praticados pelo referido subdirector-geral, no âmbito das competências previstas nos números anteriores, desde 19 de Setembro de 2005 até à publicação do presente despacho.

9 de Janeiro de 2006. — A Directora-Geral, *Maria Eugénia Santos*.

Despacho n.º 1827/2006 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 2 do artigo 9.º da Lei n.º 2/2004, de 30 de Agosto, e dos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo, deogo na subdirectora-geral Dr.ª Maria Helena dos Santos Lopes Curto a minha competência para autorizar os processamentos referentes aos abonos devidos por deslocações de serviço e despesas com aquisições de bilhetes ou títulos de transporte e de ajudas de custo, antecipadas ou não.

2 — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 40.º do Código do Procedimento Administrativo e no uso das competências que me foram subdelegadas pelo despacho n.º 24 730/2005, de 4 de Outubro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 2 de Dezembro de 2005, subdelego as seguintes competências:

2.1 — Autorizar a antecipação dos duodécimos dos Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e do Fundo de Coesão Municipal, desde que se encontrem observados os requisitos legalmente exigidos;

2.2 — Autorizar os processamentos relativos às transferências para cada autarquia local relativas à respectiva participação nos impostos do Estado e as retenções de verbas para outras entidades permitidas por lei;

2.3 — Autorizar o processamento das transferências para os municípios das verbas destinadas a compensá-los dos encargos por si suportados com o transporte dos alunos do 3.º ciclo do ensino básico.

3 — Ficam ratificados todos os actos praticados pela referida subdirectora-geral, no âmbito das competências previstas nos números anteriores, desde 14 de Março de 2005 e até à publicação do presente despacho.

9 de Janeiro de 2006. — A Directora-Geral, *Maria Eugénia Santos*.

MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 1828/2006 (2.ª série). — Nos termos conjugados do disposto nos artigos 6.º, n.º 1, e 18.º, n.º 1, do Decreto-Lei n.º 227/95, de 11 de Setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 154/96, de 31 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 3/99, de 4 de Janeiro, e nos artigos 2.º, n.º 3, e 19.º, n.º 3, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada e republicada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto (Estatuto do Pessoal Dirigente), e obtida a autorização prévia do Conselho Superior do Ministério Público, nomeio subinspector-geral da Administração Interna o licenciado Luís Manuel dos Santos Nunes Pires, procurador da República, cuja idoneidade, experiência e competência profissionais, comumente reconhecidas, são patentes no *curriculum vitae* anexo.

Nos termos do artigo 31.º, n.º 3, do Estatuto do Pessoal Dirigente, é autorizada a opção pelo vencimento de origem.

12 de Janeiro de 2006. — O Ministro de Estado e da Administração Interna, *António Luís Santos Costa*.

ANEXO

Nota curricular

Luís Manuel dos Santos Nunes Pires.
Nascido em Lisboa, em 4 de Fevereiro de 1959, casado.
Licenciado em Direito (Ciências Jurídicas) pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 12 de Outubro de 1982.
Ingresso no Centro de Estudos Judiciários, para frequência do VII Curso Especial do Ministério Público, como auditor de justiça, em 20 de Setembro de 1983.